

**SOCIEDADE DISCIPLINAR NO PENSAMENTO DE FOUCAULT E A SOCIEDADE DE CONTROLE NO PENSAMENTO DE DELEUZE-GUATTARI: O PAPEL DA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL E O CONTROLE NA INFÂNCIA**

**RESEARCH ABOUT DISCIPLINARY SOCIETY IN FOUCAULT AND CONTROL SOCIETY IN DELEUZE: A STUDY ABOUT THE FUNCTION OF EDUCATIONAL INSTITUTIONS AND THE CONTROL AT THE CHILDHOOD**

*Vivian de Jesus Correia e Silva<sup>1</sup>*

**Resumo**

Este artigo trata do recorte de uma pesquisa de Iniciação Científica acerca da vivência contemporânea da infância. O objetivo é, sob o viés da expropriação da infância através do submetimento ao formato da rotina capitalista, fazer uma reflexão teórica à luz de Foucault, Deleuze e Guattari sobre o processo de produção de subjetividade. Paradoxalmente ao contexto de proteção e cuidado, contrapõe-se a exigência para as crianças de quatro meses até os seis anos de idade de uma organização rígida e duradoura de horários e atividades, juntamente com seu confinamento na maior parte do tempo, dentro da educação infantil. Em acordo com o cotidiano de trabalho dos pais, a criança é inserida no modo educacional de funcionamento capitalista desde a mais tenra idade. As abordagens educativas no ambiente institucional geralmente perduram por anos e a exposição continuada a tais circunstâncias pode contribuir para formação de um contingente populacional diferenciado, já que objetificados cada vez mais precocemente.

Palavras-chave: *infância, produção de subjetividade, educação infantil, capitalismo, sociedade disciplinar, sociedade de controle, biopolítica.*

**Abstract**

This article is a fragment of research. This research was done by a theoretical investigation about the moment when a child starts to go to education places like a school before the obligatory age of usual education and the changings that it results at the productions of subjectivity, at the relationship between children and the adults in society. Our goal is, using theory references of Foucault, Deleuze and Guattari, was done the analysis. As a result, there is a kind of description of the way that the human subjectivity is produced by two different society strategies, the disciplinary society integrated with the control society using biopolitics inside the contemporary questions to increase capitalism system.

Keywords: *childhood, productions of subjectivity, capitalism, disciplinary society, control society, biopolitics.*

**Introdução**

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Psicologia e Sociedade pela UNESP (Universidade Estadual Paulista/ câmpus de Assis-SP); Mestra em Psicologia e Sociedade pela UNESP; Psicóloga, Bacharel e Licenciada em Psicologia pela UNESP. Servidora Pública e Psicóloga responsável pelo Abrigo Municipal de Adolescentes de Miracatu/SP.

Parece que de repente  
Sabes que te falta uma mão  
Os dois olhos  
A língua  
Ou a esperança  
É possível, Pedro  
João ou Tiago  
Que perdesse algo  
Tão necessário  
Sem que percebesse?  
(Pablo Neruda)

Será que, diante da conjuntura social atual, os indivíduos estão mesmo perdendo algo importante sem perceber? Será que, analisando a rotina das crianças, poderemos entender parte desse complexo processo de expropriação? Para isto, este artigo oferece um recorte da pesquisa de Iniciação Científica (SILVA, 2007) onde foi realizado o estudo teórico acerca do tema da infância contemporânea à luz de Foucault, Deleuze e Guattari. Diante das leituras foi possível cunhar o termo Institucionalização Precoce para empreender uma reflexão específica acerca da contemporaneidade capitalista ocidental e o processo de homogeneização de sua relação com as crianças menores de seis anos.

Inicialmente, diante da proposta de uma leitura social crítica, fez-se necessário o apoio de Foucault para entender o início da institucionalização da infância. De acordo com Foucault, as sociedades disciplinares surgem no século XVIII, atingem seu apogeu no século XX e entram em processo de decadência a partir desse período, dando lugar ao surgimento de uma nova forma de organização social. Essa nova sociedade foi definida por Deleuze como sociedade de controle.

Passamos, por conseguinte, de disciplinas expressas pelas regras e pelo confinamento presente nas instituições a um tipo de controle manifesto além dos muros da instituição. E, para manter o funcionamento de uma nova organização social, há que se constituir uma nova forma de subjetividade para sustentá-la. “Os saberes e os poderes de todos os tempos procuram dominar os processos de subjetivação, atuando como dispositivos de normalização dos comportamentos” – salienta Foucault (CARDOSO, 2005, p. 6).

Essa homogeneização das ações feita através da sujeição dos comportamentos às normas estabelecidas como verdades funciona como agente transformador da maioria dos seres humanos, estes ficam subordinados a essas normas, mesmo que elas sejam contraditórias e definidas por uma minoria. Os processos ou modos de subjetivação consistem

em ferramentas para a fabricação de sujeitos e a história do cuidado e das técnicas de si seria uma das maneiras de fazer a história da subjetividade (FOUCAULT, 1997, p. 111).

Entretanto, para que essa relação de poder sobre as subjetividades seja exequível, Foucault destaca três modos de se sujeitar as pessoas. O primeiro se caracteriza pela investigação que tenta atingir o estatuto de ciência, colocando o ser humano na posição de objeto de estudo. O segundo consiste em atingir o ser humano com práticas divisoras, fragmentando-o em seu interior e em relação aos outros e o terceiro por definir o ser humano em relação à sexualidade (DREYFUS; RABINOW, 1995, p. 231-232). Nesse sentido, o foco do artigo incide no primeiro modo de subjetivação descrito anteriormente.

Desejando, pois, estudar o processo de subjetivação infantil dentro da sociedade atual, é imprescindível que olhemos para as práticas pedagógicas adotadas pelas instituições educacionais. Ora, o amplo alcance e a difusão da Educação Infantil demonstram sua importância na vida contemporânea. No âmbito da instituição educativa, Larrosa argumenta que o sujeito pedagógico é uma produção de abordagens pedagógicas (LARROSA, in SILVA, 2000, p. 52). Mesmo que se afirmem pretensamente neutras, tais abordagens não o são porque colaboram na construção de discursos que nomeiam o sujeito e se utilizam de práticas institucionalizadas que o capturam.

Diante disso, é importante caracterizar alguns modos de subjetivação do sujeito infantil nas instituições educacionais. Chamaremos especificamente de institucionalização precoce (IP) os momentos da história das instituições educacionais que envolvem o confinamento de crianças menores de seis anos. Sobre esse modo de subjetivação do sujeito pousará o foco na parte referente à caracterização da sociedade disciplinar de Foucault.

Entretanto, convém ressaltar a posição ambígua da IP, pois foi desenvolvida para atender à sociedade disciplinar, mas continua seu funcionamento e sua expansão após o século XX. Com a minuciosa observação feita sobre a sociedade disciplinar, Veiga-Neto aponta que ela substituiu a política de soberania vigente até o século XVIII porque esta última não realizou o propósito pretendido de realizar o poder hegemônico (VEIGA-NETO, 2005). Diversas situações escapavam do olhar do soberano, por mais atento que ele estivesse. Dessa forma, o poder disciplinar tomou o lugar da soberania justamente por imprimir marcas profundas o bastante para “fazer com que a vigilância seja permanente em seus efeitos, mesmo que seja descontínua em sua ação” (Idem, 2005, p. 79).

A sociedade disciplinar precisava de um modo de aplicação de seus preceitos que atingisse um elevado número de pessoas. Para Veiga-Neto, foi através da instituição educacional que se construiu a sociedade disciplinar, tendo em vista que a escolarização

possibilitou a ação exitosa da disciplina, mostrando-se capaz de funcionar “engendrando subjetividades” (Ibidem, 2005, p. 84). E, partindo da constatação de que, em geral, as pessoas vivem a maior parte de sua infância e juventude dentro de escolas, temos noção da pertinência do processo educacional no engendramento da sociedade disciplinar (Ibidem, 2005, p. 85). A instituição educacional detém sob seu comando o planejamento de uma rotina diária e com vários anos de duração, o que certamente lhe assegura “os efeitos desse processo de subjetivação”, classificados como “notáveis” (Ibidem, 2005, p. 85).

Encontramos em Deleuze dados sobre a transição que aconteceu posteriormente, da então consolidada sociedade disciplinar para a sociedade de controle. O autor explicita o surgimento de modos ainda mais abrangentes de contenção e direcionamento do sujeito contemporâneo. Ele constata que, antes, o confinamento disciplinar era fixo e rígido, “como os buracos de uma toupeira”, porém, na sociedade de controle, a disciplina é substituída por outro tipo de estratégia, modulada e flexível, “como os anéis de um uma serpente” (DELEUZE, 1992, p. 226). Nesse contexto, para Deleuze, vivemos um momento histórico no qual existem, simultaneamente, características da sociedade disciplinar em decadência e da sociedade de controle em expansão (Idem, 1992, p. 220).

Diante da concepção deleuzeana, a sociedade de controle surgiu como uma transformação da sociedade disciplinar. No tangente ao poder, o controle pode ser visto também como a “estratégia vencedora” dentre tantas outras estratégias já utilizadas ao longo da História. Afinal, ao invés de disciplinar os indivíduos dentro de instituições de sequestro, com muros altos e também altos investimentos para inculcar-lhes artificialidades legitimadas como úteis, o controle exercita seu poder de uma forma muito mais interessante.

Pode-se intuir que não se trata apenas de uma transformação da sociedade disciplinar, mas sim uma evolução das estratégias de sujeição que demonstram maior complexidade, flexibilidade e alcance. Lançamos a hipótese de que a IP acompanha e reflete a transição da disciplina para o controle, adaptando-se a essa demanda social mesclada e complexa.

Dentro desta reflexão, quando consideramos a disciplina como sólida, constatamos o controle como gasoso. A disciplina, por sua solidez, precisa de anos para se concretizar enquanto obra. Dedicção exaustiva (dos cuidadores); martelos, picaretas, lixas (técnicas de cuidado); artistas especializados (professores); matéria-prima em abundância e em situação de uso imediato (alunos aptos); locais apropriados (escolas); ciência legitimadora (pedagogia). A disciplina “cai bem” para qualquer um que deseje se servir dela.

Já o controle precisa de menos recursos, de pouco tempo. Funciona com incrível capacidade em ambientes abertos, não vigiados por elementos externos. Possui algumas particularidades provenientes de seu estado “gasoso”. O controle atua passando despercebido, espalha-se e penetra em todas as frestas, não necessitando que seus sujeitos estejam em condições de legitimá-lo; basta respirar o mesmo ar que os outros. Precisa apenas de um ambiente que permita a passagem de seus vapores porque “o controle é de curto prazo e de rotação rápida, mas também contínuo e ilimitado”, fazendo contraponto com a disciplina, que “era de longa duração, infinita e descontínua” (DELEUZE, 1992, p. 224).

Podemos deduzir que uma das mudanças de paradigma da subjetividade do controle é a continuidade da sensação de vigilância. Antes o indivíduo vivia a disciplina apenas dentro da clausura, do confinamento. Agora o vínculo parece mais consistente, pois o aprisionamento pode estar dentro dele mesmo, independente do espaço físico que ele vier a ocupar. Faz-se importante, nesse caso, o nascimento de um novo homem, cuja subjetividade da era disciplinar se modifica/adapta sob a égide do controle.

Desse modo, caberia questionarmos a IP como uma dentre as estratégias flexíveis de poder atuantes na modelagem de um tipo predeterminado de subjetividade, provavelmente visando à normalização das ações e a padronização dos interesses. Para Foucault, esses mecanismos estratégicos operam sobre o campo de possibilidade onde se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos; incitam, induzem, desviam, facilitam ou tornam difícil, ampliam ou limitam, tornam mais ou menos provável, chegando até a coagir ou impedir, caracterizando-se sempre pela ação de um sobre outros sujeitos ativos, “uma ação sobre ações” (DREYFUS; RABINOW, 1995, p. 243). A ação constante sobre a criança que é atendida na rotina da IP caracteriza a posição de sujeito pedagógico descrita por Larrosa (LARROSA, in SILVA, 2000, p. 54). O processo de subjetivação infantil passa a ser lentamente moldado, desde muito cedo, pelo sistema de funcionamento da IP.

De acordo com Deleuze, a subjetividade se constrói de forma empírica, sendo as circunstâncias do que é dado na prática fundamental para a diferenciação do sujeito, ou seja, “circunstâncias (...) são, exatamente, as variáveis que definem nossas paixões, nossos interesses” (DELEUZE, 2001, p.116).

Sendo assim, quando as circunstâncias são planejadas e pré-determinadas para alcançarem um objetivo, estamos presenciando o nascimento de uma estratégia. Nesse caso, pode-se identificar, em termos de estratégias de subjetivação, os mecanismos utilizados nas relações de poder (DREYFUS; RABINOW, 1995, p. 248).

Notamos que a relação do adulto empregado da instituição educacional com a criança confiada aos seus cuidados é uma relação de poder. Larrosa ressalta a validade de se perguntar pelos mecanismos estratégicos específicos que constituem o que é dado como subjetivo, isto é, como a experiência de si foi e é produzida, remetendo à ideia foucaultiana do sujeito contemporâneo ser uma produção social (LARROSA, in SILVA, 2000, p. 55).

A subjetividade interage com o social, segundo Deleuze. Sendo a subjetividade composta por fluxos de desejo, os adultos envolvidos no processo de subjetivação infantil seriam “meios, abridores ou fechadores de portas, guardas de limiares, conectores ou desconectores de zonas” (DOMINGUES, 2002, p. 5). Para Deleuze e Guattari, “o desejo faz constantemente a ligação de fluxos contínuos e de objectos parciais” (DELEUZE & GUATTARI, 1966, p. 11). Dentro desta ideia podemos intuir que, se há possibilidade de conexão do desejo com o seu entorno formando a subjetividade, também é possível restringir sua fluência a determinados tipos de conexões visando manter um padrão subjetivo. Este padrão, em Guattari, corresponderia à demanda da ordem social capitalista porque a espécie humana traz em si cargas de desejo de que o capitalismo pretende se apoderar. (GUATTARI, 1987, p. 206).

Entendemos que o domínio dessas cargas de desejo pode contribuir para a manutenção do capitalismo. E o quanto antes esse desejo for direcionado, melhor integrado o sujeito poderá estar ao papel social que dele se espera. Podemos supor que, em contrapartida, quanto mais cedo esse desejo for estimulado a se expandir, mais ampla e diversificada será a subjetividade do adulto resultado desse processo de conexão criativa com seu entorno. Depende das circunstâncias.

Sendo a subjetividade construída de forma empírica, ela segue acompanhando as mudanças históricas e as tais circunstâncias cotidianas. Deleuze observa que não há subjetividade teórica porque a proposição fundamental do empirismo é a construção do sujeito prático, nascido para interagir e moldado subjetivamente pelas experiências que lhe foram proporcionadas (DELEUZE, 2001, p. 118). Dessa maneira, se a subjetividade é construção prática e modifica seu formato segundo as circunstâncias na qual fora entalhada, pode-se inferir que ela deve vincular-se à vivência institucional estreitamente, ao cotidiano da organização, que, por sua vez, funciona conforme um objetivo capitalista.

De acordo com o conceito de que as circunstâncias definem o sujeito em sua subjetividade, torna-se possível refletir sobre o alcance da IP, sobre a importância do processo educacional na construção da subjetividade contemporânea e das relações dela provenientes. Dessa maneira, verificam-se, por exemplo, alguns critérios de funcionamento das relações:

“Se é verdade que a associação é necessária para tornar possível toda relação em geral, cada relação em particular de modo algum é explicada pela associação. O que dá à relação sua razão suficiente é a circunstância” (DELEUZE, 2001, p. 116).

Supondo, assim, que a subjetividade e as relações são desenvolvidas através das circunstâncias práticas, é possível vislumbrar a grande importância da rotina na modelagem dos sujeitos, das subjetividades, do direcionamento dos desejos, da disponibilidade afetiva etc. O papel das circunstâncias, a vida escolar e as práticas pedagógicas contribuem para a consagração de um determinado tipo de rotina que pode resultar no desenvolvimento de seres humanos estereotipados subjetivamente. Pode-se imaginar a influência do controle gasoso quando o sujeito é obrigado a respirar esses ares continuamente, em fases de construção da identidade, ou seja, vivenciar a maior parte de sua infância e juventude dentro de circunstâncias controladas, como ocorre no processo de escolarização.

No caso da Educação Infantil, a IP corresponde a um conjunto de tecnologias políticas que investem na regulação das populações através dos processos de controle e normalização, objetivando controlar e produzir “infância” (PAIVA; CARRIJO, 2005, p. 306). Essa criança produzida pela infância atual provém de formas de controle e avaliação contínuos. Adicionados ao controle constante encontra-se a ação da formação permanente sobre a escola, o regime de abandono às pesquisas e a introdução do caráter empresarial em todos os níveis de escolaridade (DELEUZE, 1992, p. 225). Isso demonstra que, “assim como a empresa substitui a fábrica, a formação permanente tende a substituir a escola, e o controle contínuo substitui o exame. Este é o meio mais garantido de entregar a escola à empresa”.

Observa-se que existe harmonia entre os métodos escolares e os objetivos empresariais. O horário da educação infantil obedece aos critérios estabelecidos pelo emprego dos pais e não pelas necessidades da criança. Produzindo ressonâncias está o fato de que a estruturação da escola está ligada à produção de uma infância engajada nos ditames do capitalismo, com suas inovações que o caracterizam agora como empresarial e volátil, voltado para a sociedade de controle.

Outra característica a se destacar no surgimento das sociedades de controle é sua plasticidade. Tal processo de flexibilização se expressa em “nunca se termina nada, a empresa, a formação, o serviço sendo os estados metaestáveis e coexistentes de uma mesma modulação, como que de um deformador universal” (DELEUZE, 1992, p. 221). Nota-se que a IP, através do controle das circunstâncias às quais estão entregues os sujeitos menores de seis anos, poderia modelar/orientar a subjetividade dessas crianças, com a meta de integrá-las ao novo tipo de controle social. Fazendo-as respirar precocemente os vapores da sociedade em

ascensão, torna-se provável o surgimento de um tipo padrão de novos homens, com suas subjetividades construídas empiricamente pelas circunstâncias disponíveis, do “homem do controle... ondulatório, funcionando em órbita, num feixe contínuo” (DELEUZE, 1992, p. 222).

Relacionar as características desse novo homem com os novos formatos do capitalismo e da escolarização é possível. Após os quatro meses de idade acontece o fim oficial da licença maternidade que obriga a mãe a retornar ao trabalho e ao bebê passar para outra esfera de cuidados. Desde então, o sujeito poderá estar sob a égide da educação infantil. Através da formação continuada, ele estará sempre vagando ao redor de uma órbita institucional, como um satélite que gira continuamente ao redor de um planeta próximo cujo magnetismo é mais forte. Esse feixe contínuo de conexão do indivíduo à fonte do controle pode demonstrar como pré-determinada estará a sua trajetória. Sua movimentação dá-se de um modo que é desnecessário conter ou vigiar, é suficiente deixar que se cumpra o caminho estabelecido, numa órbita de movimentos padronizados que poderão configurar um novo tipo de dominação, a subjetiva.

Estaríamos testemunhando o fim do confinamento no interior – indivíduos trancados em ambientes vigiados e disciplinados – para o princípio de um confinamento do interior – no qual, independentemente do lugar que o ser se encontre, seu eu subjetivo estará devidamente capturado desde a infância?

Mesmo gozando de livre movimentação exterior, a nova estratégia vencedora do poder parece consistir-se em controle contínuo através de um feixe de conexão cujas bases seriam lançadas nos primeiros anos de vida pela atuação da IP. Supondo isto ser verdadeiro, o controle possui alcance maior que a disciplina e a IP pretende proporcionar um encaixe sem sobras do sujeito infantil dentro da sociedade.

Ao longo do tempo, de acordo com a evolução da disciplina para o controle, pode-se antever o surgimento das possibilidades de dominação mais radicais: “Pode ser que meios antigos, tomados de empréstimo às antigas sociedades de soberania, retornem à cena, mas devidamente adaptados. O que conta é que estamos no início de alguma coisa” (DELEUZE, 1992, p. 225). Seria o início da era de escravidão subjetiva?

Podemos destacar que se a sociedade disciplinar regularizava a rotina das pessoas, a sociedade de controle regularizaria, pois, as pessoas para a rotina, desde os seus primeiros anos de vida. Enquanto a disciplina restringia o dia-a-dia dos indivíduos, enclausurando, disciplinando e mediando suas relações, a sociedade de controle cria um novo tipo de modelagem que ocorre antes das exigências do cotidiano. Pode ser estarrecedor verificar que



os sujeitos são entalhados desde cedo para a rotina, para se tornarem portadores de uma subjetividade suscetível ao gás-controle, capaz este de penetrar em todos os lugares, arregimentando seus súditos para as funções cujos produtos culminarão em metas capitalistas.

Da disciplina para o controle, a sociedade precisava ser preparada para receber a mudança de paradigma, sem provocar choques motivadores de reações, capazes de abalar a implantação dos novos objetivos de controle social. Sendo assim, estaria a IP visando à padronização dos interesses e a normalização das ações das crianças para a ascensão e estabelecimento da sociedade de controle? O papel da escola continua fundamental para a organização da sociedade.

Veiga-Neto mostra a profundidade do processo de escolarização, ao destacar que “a escola é, depois da família (mas, muitas vezes, antes dessa), a instituição de seqüestro pela qual, todos passam (ou deveriam passar...) o maior tempo de suas vidas, no período da infância e da juventude” (VEIGA-NETO, 2005, p. 85).

O projeto educacional da Modernidade baseou-se no afastamento entre o homem e a natureza, alegando que o processo civilizador se daria ao seguir novas pautas de conduta. Essas novas pautas de conduta funcionavam segundo a imagem idealizada de um homem extremamente diferenciado dos animais, tendo em vista que, ao negar seu lado selvagem, caótico, afetivo, o indivíduo estaria se aproximando lentamente de um estado de nobreza e superioridade racional.

Do mesmo modo, o indivíduo cuja rotina funcionasse distanciada das regras de conduta definidas pela elite social como verdadeiras deveria ser classificado como desviante e, ou seria excluído dos benefícios da integração social, ou seria capturado pelas instituições filantrópicas ou educacionais para aprender o jeito certo de se viver, de se apreender o mundo, de se relacionar com os outros seres. A noção moderna de infância foi apropriada pelas instituições sociais e esteve associada à produção de novos modos de educação com foco na institucionalização das crianças da mais tenra idade. “A educação significa (...) a produção de uma racionalidade de um certo tipo – a Moderna – e a Educação Infantil não escapa a este projeto” (BUJES, 2002, p. 61).

Assim, o ser submetido ao processo civilizador obrigatório desde a infância corresponderia mais eficazmente à ideia moderna de homem que, se bem educado, seria capaz de controlar-se, de mostrar-se indiferente e até oposto às urgências desejantes. Como já foi discutido, o período de escolarização transcorre com maior intensidade e vigilância justamente nos anos de formação das bases da personalidade, nos anos de infância e juventude.

Tais diretrizes escolares consistem na constante afirmação: “O sujeito da educação aprende a ser livre pelo acatamento de limites e das leis sociais” (BUJES, 2002, p. 52). Sendo assim, se o grupo social privilegiado que estabelece as leis sociais não deseja o fim do capitalismo – tendo em vista que tal sistema de organização os favorece amplamente dentro da sociedade – faz sentido pensar que essas referências utilizam-se da Pedagogia como justificativa científica para que suas abordagens cheguem às crianças com o poder de verdades absolutas. Com o tempo, essas referências podem passar a se construir como irrefutáveis devido ao momento de base em que aparecem na vida dos indivíduos, no caso do presente estudo, aos menores de seis anos em situação escolar.

Para um adulto reagir à intrincada rede de poder pré-estabelecida já é difícil, imagina-se o quão complicado essa tarefa pode ser para uma criança que cresce dentro dessa lógica, modelada por relações de poder profundamente arraigadas. Nessa perspectiva, como um adulto que passou pelo processo de IP, durante a infância, pode reunir condições subjetivas para contestar práticas pedagógicas, se elas possuem o caráter de inquestionabilidade das estratégias vencedoras e se são amplamente divulgadas como desejáveis?

Guattari questiona como evitar que as crianças se prendam às semióticas dominantes ao ponto de perderem muito cedo toda e qualquer verdadeira liberdade de expressão (GUATTARI, 1987, p. 50). Ele entende que o processo de escolarização é responsável por limitar a criatividade infantil, assim como acredita que está nas mãos dos funcionários das instituições de ensino mudar essas relações de poder para não deixar que a criança seja tão intensamente modelada pelos discursos cristalizados. “Hoje, no seio das creches e das escolas, alguns trabalhadores estão em posição de lutar contra esses sistemas de integração e de alienação” (Idem, p. 54). Isso indica que o papel dos educadores das creches que constituem a IP vai muito além de cumprir o Referencial Curricular Nacional, mostrando a abrangência de suas ações.

O governo das crianças, exercido desde os primeiros meses, começou com a Revolução Industrial, século XVIII, consolidando novos arranjos familiares e novas exigências às mulheres trabalhadoras, que foram afastadas progressiva e drasticamente do contato com seus filhos (BUJES, 2002, p. 61). Para Bujes, fenômenos associados à infância são manipulados com o objetivo de governar as ações das crianças, sendo o surgimento das instituições de Educação Infantil vinculado a uma aliança entre diferentes instâncias de instituições sociais (Idem, 2002).

A educação infantil, tratada por IP no presente artigo, faz parte de um conjunto de tecnologias políticas, ou melhor, biopolíticas, já que são caracterizadas por investir na regulação das populações, através de processos de controle e de normalização. Isso traz à luz outro fato inquietante, cuja intencionalidade cabe apontar, que é o arbitrário direcionamento de pesquisas sobre infância: em sua maioria, estão limitadas às descrições nas teorias de Psicologia do Desenvolvimento, excluindo-se o aspecto de construção social e de foco dos discursos constitutivos e das tecnologias de poder neles contidas (BUJES, 2002, p. 26).

Deve-se também discutir possibilidades de usar a escola de modos diferentes, indo além da propagação da ideologia dominante, usando essa mega-estrutura educacional - já feita com a intenção de aprisionar - como uma ferramenta, um meio de articulação do novo, para libertar. “A luta pela polivocidade da expressão semiótica da criança nos parece ser um objetivo essencial dessa micropolítica ao nível da creche” e, em vista disso, entende-se que é possível contribuir na preservação das manifestações desejantes que povoam o início da vida dos seres humanos. Este pode ser um passo decisivo para que os mesmos não se tornem adultos cujos fluxos desejantes se movimentem somente conectados aos objetivos do capitalismo (GUATTARI, p. 54, 1987).

A antiga concepção dominante de ordem social implicava uma definição de desejo (das formações coletivas de desejo) como um fluxo a ser disciplinado, de modo que se pudesse instituir uma lei para estabelecer seu controle (GUATTARI; ROLNIK, 2000, p. 217). Uma vez estabelecida tal lei, o desejo estaria disciplinado. Porém, com a mudança da sociedade disciplinar para a sociedade de controle, domar o desejo somente após sua manifestação se mostrou insuficiente para o novo formato do capitalismo. O ensino obrigatório a partir dos seis anos pedia um complemento prévio. Seria necessário controlar inclusive o nascimento dos fluxos desejantes, limitando sua aparição ao mínimo imprescindível para iniciar a constituição da subjetividade verticalmente determinada.

Entendemos que o desejo aprisionado pelo enclausuramento da disciplina pode um dia se libertar e agir. Já o desejo conectado precocemente a um feixe contínuo de dominação dificilmente sairá provocando grandes reações, tendo em vista que não terá forças suficientes para desvincular-se e ousar por trajetórias muito diversificadas, depois de passar anos ligado a uma órbita previsível, justamente os anos primordiais, os de base para o desenvolvimento da subjetividade na qual se estruturaria sua identidade futura, remetendo novamente ao processo de escolarização.

O estudo dos objetivos e meios de ação da IP pode significar uma forma de análise ao que foi feito com os indivíduos na sociedade disciplinar e uma projeção sobre o que poderá

se realizar na sociedade de controle. Este estudo pode constituir uma possibilidade de reação à ascensão da sociedade de controle e seus planos para a subjetivação contemporânea. Guattari diz que é necessário afrontar tanto os meios materiais coercitivos quanto microscópicos meios de disciplinarização dos pensamentos e dos afetos, de militarização das relações humanas (GUATTARI, 1987, p. 138). A afronta pode ser considerada como um aspecto de reação para transformar/innovar e poderia ser feita ao se desvendar os meios e fins da sociedade de controle, com seu capitalismo empresarial, volátil e flutuante. “Não cabe temer ou esperar, mas buscar novas armas”, também enfatiza Deleuze (2000, p. 220).

Para Deleuze e Guattari, “o desejo faz constantemente a ligação de fluxos contínuos e de objectos parciais” (DELEUZE; GUATTARI, 1966, p. 11). Dentro dessa ideia podemos entender que, se há possibilidade de restringir a fluência dos fluxos desejantes a determinados tipos de conexões, como, por exemplo, através do controle das circunstâncias provocadas pela IP, com suas diretrizes produtoras de um tipo pré-determinado de infância, também é possível a conexão do desejo com o seu entorno, formando uma subjetividade mais ampliada. O resultado do procedimento da escolarização precoce seria a manutenção de um padrão subjetivo, o que retoma as estratégias de modelagem da subjetividade já problematizadas.

Entretanto, na ausência ou modificação desse processo educacional na vida do sujeito, seus fluxos desejantes teriam grandes possibilidades de escapar ao padrão. Esse padrão, para Guattari, corresponderia à demanda da ordem social capitalista porque “o capitalismo pretende se apoderar das cargas de desejo que a espécie humana traz em si” (GUATTARI, 1987, p. 206). O domínio dessas cargas de desejo aparentemente pode contribuir para a manutenção do capitalismo. Portanto, o quanto antes o desejo for direcionado, melhor integrado o sujeito poderá estar ao papel social que dele se espera.

Podemos supor que, em contrapartida, quanto mais linhas de fluência o desejo puder seguir, mais ampla e diversificada será a subjetividade e identidade do adulto resultado desse processo de conexão criativa com seu entorno, integrando uma contracorrente social. Ressaltamos que a modelagem dos fluxos proporcionada pela IP age em oposição ao fluxo criativo da criança, pois aprisiona os sujeitos em uma existência de subordinação subjetiva, de maneira estereotipada, duradoura, controlada precocemente por relações de poder.

De acordo com os argumentos apresentados, é preciso/necessário formatar as subjetividades através da IP para o estabelecimento da sociedade de controle. Porém, indagamos: será que o processo de modelagem subjetiva é tão preciso/exato?

Existem vários pontos de vista sobre a infância, cada qual fomentando estratégias e ações incisivas na rotina das crianças. Por exemplo, se “a institucionalização cada vez mais

precoce das experiências de Educação Infantil vão servir para questionar (...) ameaças que estas sofrem a partir de outros lugares sociais” (BUJES, 2002, p. 26). Pode-se entender que essas ameaças, colocadas como perigos em potencial para as crianças, fazem com que elas sejam tratadas pela educação como objetos de proteção. Isso denota outro ponto de vista em relação às mesmas, justamente porque “esta criança que passa a ter características e sensibilidades próprias é vista também como (...) desafio, risco” (BUJES, 2002, p. 48). Ou seja, a criança é um ser paradoxal: é dita frágil, mas ao mesmo tempo ameaça a ordem social com a diversidade subjetiva da qual nasce portadora.

Destarte, o objetivo da Educação, com suas ações e seu cientificismo pedagógico vinculados ao capitalismo, segue impreciso diante da ameaça de inovação subjetiva simbolizada pela criança, com sua marcante expressividade de desejos, demonstrando a velocidade das reações de fuga dos fluxos desejantes ao mais minucioso controle. Tal fato é demonstrado pela constante intensificação da atenção dada aos menores de seis anos, não apenas para preservar-lhes a vida, mas para coordenar-lhes a rotina. Apesar de limitada e dificultada para as crianças menores de seis anos, a posterior singularização da subjetividade ou desenvolvimento da autonomia desejante ainda ocorre, justificando a constante articulação de diretrizes da Educação Infantil com as metas do capitalismo empresarial.

É certo que a formatação e padronização subjetivas são importantes para a sociedade de controle, contudo é preciso afirmar que não conseguem a precisão cirúrgica para acabar com a criatividade; conseguem embotá-la, adiá-la, limitá-la, mas ela ainda pode escapar e se expressar. Nota-se que o modo pelo qual os indivíduos vivem essa subjetividade oscila entre dois pólos: uma relação de alienação e opressão na qual o indivíduo simplesmente se submete à subjetividade padronizada tal como a recebe e uma relação de expressão e de criação, na qual ele se reapropria dos componentes da subjetividade, produzindo seu processo de singularização (GUATTARI; ROLNIK, 2000, p. 33).

Por conseguinte, o processo de formatação/modelagem que prepara o sujeito para viver sob controle é muito preciso, mas não a ponto de impedir escapes e singularizações; ele restringe, tenta finalizar o movimento desejante, mas não consegue. Isso acontece porque os mecanismos de controle não acompanham a velocidade dos fluxos de desejo, que são sempre linhas de fuga mais rápidas que o mais instantâneo dos controles.

Orlandi ressalta que, apesar disso, existem os mais imprevisíveis jogos entre o liberar e o controlar, sendo possível até encontrar dispositivos de controle mobilizados em lutas destinadas à liberação de forças (ORLANDI, 2005, p. 235). Assim, a IP, com sua proposta de escolarização que interpreta, nomeia e coordena a rotina das crianças com o objetivo de

protegê-las e inseri-las na sociedade, pode realmente cumprir seu papel com sucesso, mas cabe-nos questionar esse tipo de cidadão formado diariamente pelas estratégias educacionais. Esse questionamento possibilita a articulação de novas formas de reações ao domínio social capitalista, observando a estreita ligação entre os processos educacionais, os subjetivos e os de reestruturações sociais ao longo da história.

Dessa maneira, apesar de não ser infalível, não se deve desconsiderar que o alcance do poder é extremo porque atua prioritariamente através da educação de massa, elaborada com suas estratégias pedagógicas, distribuída em larga escala e obrigatória durante os anos de crescimento do indivíduo, como já colocado. Isso se traduz através de Guattari, que atribui às abordagens da Educação Infantil a meta de “extirpar da criança, o mais cedo possível, sua capacidade específica de expressão e em adaptá-la, o mais cedo possível, aos valores, significações e comportamentos dominantes” (GUATTARI, 1987, p. 53).

### **Considerações Finais**

De acordo com os argumentos apresentados, podemos perceber que a transição a sociedade disciplinar para a sociedade de controle está repleta de caracteres mercedores de estudo, pois afeta diretamente a formação subjetiva dos indivíduos, principalmente as crianças menores de seis anos, atendidas pela IP.

Inicialmente, discorreremos sobre a sociedade disciplinar com suas estratégias específicas de enclausuramento e disciplinarização, visando a extrair com sucesso as forças individuais para a produção. Percebemos que, para a concretização de seus objetivos, a sociedade disciplinar contou com uma interessante aliada, a Pedagogia. Através do processo de justificação científico-pedagógica intercedendo para a intensificação da educação obrigatória, as estratégias escolares trabalharam em favor das indústrias, preparando as crianças para tal mercado de trabalho.

Na atualidade, percebe-se novamente a escola agindo como formadora de alianças com os paradigmas sociais, ao invés de cumprir com as metas oficiais de promoção do desenvolvimento de seres humanos. Fato marcante foi evidenciado por Bujes, sobre o Referencial Curricular Nacional, quando propõe uma linguagem associada à liberdade e à autonomia, mas que é utilizada para regular os argumentos que dizem respeito aos meios e aos fins legítimos pelos quais se subjugam a infância (BUJES, 2002, p. 179).

Com a decadência da sociedade disciplinar, a escola ganha um novo formato de atuação na vida infantil para atender às demandas da sociedade de controle. Agora a escolarização aparece cada vez mais cedo na existência dos indivíduos, devido à meta de

subjetivação das crianças, facilitada pela consolidação da mulher-mãe e do homem-pai no mercado de trabalho com jornadas incompatíveis às necessidades de cuidado e vínculo com as crianças, fato este que precarizou a convivência familiar. A Educação Infantil é divulgada como uma necessidade ao desenvolvimento dos menores de seis anos e como – especificamente no caso da IP – a resposta a um direito universal das próprias crianças: “ela é um direito (...) de todas as crianças, e não apenas dos filhos das trabalhadoras” (CAMPOS, 1999 *in* BUJES, 2002, p. 59).

Entretanto, as expressões da IP recuperam novamente a tática de preparar as crianças para o novo mercado, reconhecendo-lhes apenas esse direito de integração social ao capitalismo empresarial, em detrimento de todas as outras necessidades infantis. No alcance ou não de seus projetos, de seu desenvolvimento, de sua expressão criativa, percebe-se que no mundo contemporâneo existe uma intensificação no domínio e modelagem das subjetividades e posterior conexão a um processo identitário artificial e complexo. Essa identidade difere daquela aprendida anteriormente na convivência familiar, tendo em vista que “a criança deixou de ser misturada aos adultos e de aprender a vida diretamente, através do contato com eles (...) a criança foi separada dos adultos e mantida à distância” (ARIÈS, 1981, *in* BUJES, 2002, p. 58).

Podemos perguntar o porquê da transição da convivência familiar para a formação escolar. Uma das respostas pode consistir em usurpar dos adultos a possibilidade de enxergar na convivência com as crianças outras possibilidades de existência além daquela que lhes foi inculcada artificialmente.

Observando que uma das maiores justificativas para a intervenção na infância é o fato de se atribuir a esse período o caráter de fragilidade e desorganização, atua-se nele com a autoridade de que esse suposto desajustamento infantil deve ser administrado o mais precocemente possível.

O que aparece na intensidade da relação entre o capitalismo e a escola são relações de saber e de poder, que subjetivam as crianças através do controle de suas rotinas e da limitação drástica do tempo de convivência das mesmas com os adultos que estão fora da IP, como aqueles que não estão engajados nas diretrizes do processo educacional.

O achatamento da expressão desejante, feito pelo direcionamento constante dos fluxos, aparece como estratégia para subjetivação e criação da nova infância, cujo objetivo parece ser a produção de adultos plenamente adaptados ao funcionamento da sociedade de controle e desligados de outras possibilidades, desconectados de muitas de suas necessidades.

Segundo Orlandi, precisamos considerar o tipo de combinação de forças que caracterizam a potência máxima atingida pelos processos de saber, poder e subjetivação (ORLANDI, 2005, p. 222). O tipo de combinação de forças em questão remete à fluidez incontrolável dos fluxos financeiros do capitalismo empresarial, lutando constantemente com os fluxos desejantes com suas resistências e linhas de fuga (ORLANDI, 2005, p. 233). Devido à sua flexibilidade, esses fluxos do capitalismo provocam constantes embates com os fluxos desejantes. Nesse sentido, é importante perguntarmos: será que as linhas de fuga dos fluxos desejantes infantis esbarram na potência máxima do capitalismo empresarial e escapam ou será que muitos deles já encontraram seu limite de reação dentro do processo de subjetivação precoce?

Sobre os escapes e singularizações, pode-se entender que, simultaneamente ao processo de massificação em larga escala da IP, coexistem micro processos de reação ao controle, inclusive através da tática educacional que se mostrou sua principal ferramenta. Guattari e Rolnik observam que pessoas foram capazes de experimentar, com seriedade, outros métodos educacionais desmontando a mecânica imposta com a implantação de um tipo diferente de abordagem, capaz de preservar a riqueza de sensibilidade e de expressão própria da criança (GUATTARI; ROLNIK, 2000, p. 54).

Isso mostra que é possível modificar os rumos da Educação Infantil. Podemos evitar tanto a manutenção de uma sociedade de sujeitos disciplinados quanto a construção de uma sociedade com indivíduos controlados. “O indivíduo disciplinado é aquele que não só tem a sua liberdade mais limitada, (...) é aquele que passa a dar respostas mais homogêneas, mais padronizadas e mais automáticas” (VEIGA-NETO, 1996, *apud* BUJES, 2002, p. 145).

Já o indivíduo controlado seria aquele cuja liberdade de movimentação é proporcional à órbita na qual está conectado, ou seja, é o alvo da observação e da avaliação permanentes, expresso em “apontar para a onipresença da observação como instrumento de uma avaliação permanente que é aplicada sobre as crianças” (BUJES, 2002, p. 130-131). Nesse caso, o indivíduo passa a direcionar-se, a ser sujeito da própria vigilância para o alcance das metas de uma avaliação que não acaba, é um gerente trabalhando em prol de objetivos cuja origem ele pode ignorar, constituindo um modo de se inibir e restringir ações criativas.

Outro ponto a destacar é a constante intensificação do domínio da infância na sociedade de controle, como alerta Varela, ao afirmar que, “como por ironia, esta criança foi vigiada e controlada muito mais do que nas velhas pedagogias, porque não apenas se requeriam dela as respostas corretas, mas também agora era necessário que o verdadeiro



mecanismo do desenvolvimento mesmo fosse controlado” (VARELA, 1995 *apud* BUJES, 2002, p. 70). Isso culmina no raciocínio de que um reflexo dessa intensificação é claro ao se constatar que, na sociedade disciplinar, o alcance das estratégias de poder era menos amplo que o atual. Consideramos que a IP colabora para que a sociedade de controle concretize sua hegemonia, todavia também pode ocorrer, através daquela, a articulação de outros modos de organização social.

Somente quando os adultos aceitarem o papel de aliados das crianças em suas necessidades, ao invés de combatê-las e adaptá-las ferozmente, demonstrarão uma leitura de mundo mais ampla e saberão informá-las das formas de dominação da contemporaneidade. Com essa aceitação da criança e constatação da realidade, os adultos poderão construir novos papéis. Terão a chance de funcionar como facilitadores da infância, articulando as crianças para construírem-se como seres atuantes; desde a mais tenra idade, poderão reagir - com apoio social - às tentativas de expropriação. Assim, “Pedro, João ou Tiago”, do poema de Pablo Neruda, poderão ser informados de que estão tentando roubar-lhes algo valioso, íntimo, intransferível, único, porém deformável e amputável, de acordo com as circunstâncias. Entretanto, esse aviso, de preferência, deve acontecer antes que eles não tenham mais condições de reconhecer a captura de sua singularidade.

### Referências Bibliográficas

- BUJES, M. I. E. *Infância e Maquinarias*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- CARDOSO JÚNIOR, H. R. *Para que serve uma subjetividade?* Foucault, tempo e corpo. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre/RS, v. 18, n.3, 2005.
- DELEUZE, G. *Diferença e Repetição*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Conversações*. Rio de Janeiro: 34, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Crítica e Clínica*. São Paulo: 34, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Empirismo e Subjetividade: ensaio sobre a natureza humana segundo Hume*. São Paulo: 34, 2001.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *O Anti-édipo: capitalismo e esquizofrenia*. Portugal, Lisboa: Assírio & Alvim, 1966.
- DOMINGUES, R. P. *Estudo do conceito de inconsciente no pensamento de Gilles Deleuze e Félix Guattari: um olhar sobre a infância como mapa de devires em alguns casos clínicos da psicanálise infantil*. Relatório de Iniciação Científica. FAPESP, 2002.
- DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Resumo dos Cursos do Collège de France (1970-1982)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Subjetividade e verdade*. Curso no Collège de France (1980-1981). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- GUATTARI, F. *Revolução molecular: pulsações políticas do desejo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- GUATTARI, F.; ROLNIK, S. *Micropolítica. Cartografias do desejo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- LARROSA, J. Tecnologias do eu e educação. In: SILVA, T. T. (Org.). *O sujeito da educação: estudos foucaultianos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- ORLANDI, L. B. L. O que estamos ajudando a fazer de nós mesmos? In: RAGO, M; ORLANDI, L. B. L.; VEIGA-NETO, A. (Org.). *Imagens de Foucault e Deleuze. Ressonâncias nietzschianas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- VEIGA-NETO, A. *Foucault & a educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- SILVA, V. J. C. *Sociedade disciplinar no pensamento de Foucault e a sociedade de controle no pensamento de Deleuze: um olhar sobre o papel da instituição educacional e o controle na infância*. Pesquisa de Iniciação Científica. Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo, Fapesp. Universidade Estadual Paulista, Unesp, Assis, SP, 2007.